



Políticas do Sistema Financeiro Nacional: uma Caracterização do Cooperativismo de Crédito no Brasil

Policies of the National Financial System: a Characterization of Credit Unions in Brazil

Políticas del Sistema Financiero Nacional: una Caracterización de las Cooperativas de Crédito en Brasil

Luciana Maria Costa Cordeiro

<https://orcid.org/0000-0001-9552-1973>

PPGDDEE/UNIMONTES, Minas Gerais, Brasil

E-mail: lucianacord@yahoo.com.br

André Boaventura Marques Silveira

<https://orcid.org/0000-0002-7937-4018>

Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasil

E-mail: andreboaventurams@gmail.com

Sara Katherine Leite de Jesus

<https://orcid.org/0000-0001-9153-1082>

Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

E-mail: sarakatherine33@outlook.com

Vitor Gabriel Jesus Silva

<https://orcid.org/0000-0002-0194-2265>

Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

E-mail: vitorjkl@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste estudo é caracterizar as cooperativas de crédito do Brasil, analisando suas capacidades de atender às demandas existentes, buscando indicar a relação de causa-efeito das operações de crédito cooperativo no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O artigo conta com a abordagem teórica do pensamento pós-keynesiano sobre a oferta de crédito, além de trazer similaridades e distinções em relação a outras vertentes do pensamento econômico. Para verificar a relação de causalidade entre o cooperativismo de crédito no Brasil e o crescimento econômico, utilizou-se o método de análise quantitativa das séries temporais, com base nos dados disponibilizados pelo governo por meio de canais eletrônicos gerenciados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) como o IPEADATA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Nossos resultados apontam para uma relação positiva entre as operações das cooperativas e o PIB. No entanto, não foi possível

identificar o mesmo resultado no que se refere ao nível de empregos na economia.

Palavras-Chave: Cooperativismo de Crédito. Sistema Financeiro Nacional. Pós-Keynesianismo.

ABSTRACT

The aim of this study is to characterize credit unions in Brazil, analysing their capacity to meet existing demands, seeking to indicate the cause-effect relationship of credit operations on Gross Domestic Product (GDP) growth. The article relies on the theoretical approach of post-Keynesian thought on the supply of credit, in addition to bringing similarities and distinctions with other aspects of economic thought. To verify the causal relationship between credit unions in Brazil and economic growth, the method of quantitative analysis of time series was used, based on data made available by the government through electronic channels managed by Central Bank of Brazil (BACEN) such as IPEADATA and SGS – Time Series Management System. Our results point to a positive relationship between union operations and GDP. However, it was not possible to identify the same result when dealing with the level of employment in the economy.

Keywords: Credit Cooperativism. Brazilian Financial System. Post-Keynesianism.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es caracterizar las cooperativas de ahorro y crédito en Brasil, analizando sus capacidades para atender las demandas existentes, buscando indicar la relación causa-efecto de las operaciones de crédito cooperativo en el crecimiento del Producto Interno Bruto (PIB). El artículo utiliza el enfoque teórico del pensamiento poskeynesiano sobre la oferta de crédito, además de traer similitudes y distinciones con otras corrientes de pensamiento económico. Para verificar la relación de causalidad entre las cooperativas de ahorro y crédito en Brasil y el crecimiento económico, se utilizó el método de análisis cuantitativo de series de tiempo, basado en datos puestos a disposición por el gobierno a través de canales electrónicos gestionados por el Banco Central de Brasil (BACEN) como IPEADATA y SGS – Sistema de Gestión de Series Temporales. Nuestros resultados apuntan a una relación positiva entre las operaciones cooperativas y el PIB. Sin embargo, no fue posible identificar el mismo resultado cuando se trata del nivel de puestos de trabajo en la economía.

Palabras-Clave: Cooperativismo de Crédito. Sistema Financiero Brasileño. Pós-Keynesianismo.

1 INTRODUÇÃO

Conforme dados apresentados em relatório do Banco Central do Brasil - BACEN (2018), o setor cooperativista é de singular importância para a sociedade, uma vez que promove a aplicação de recursos privados e assume riscos em favor da própria comunidade. Apresenta-se ainda como iniciativa de investimento promovida pelos próprios associados do sistema, possibilitando o desenvolvimento do país de forma sustentável, financiando iniciativas empresariais que trazem benefícios em termos de geração de emprego e renda. Tendo em vista a importância do crédito oriundo do cooperativismo, destaca-se, conforme Keynes (1936), que a moeda é um fator operante, sendo importante para tomada de decisão. Sendo assim, a moeda assume caráter endógeno, não neutro, no processo de crescimento econômico.

O processo de desenvolvimento nacional ocasionado pelo crescimento do cooperativismo, com base em Keynes (1971), está pautado em uma política que estimule a

demanda efetiva. Em seu trabalho, "*Treatise on money*" (1930), o economista em questão tratava do papel importante da oferta de crédito por meio das instituições financeiras para obter esse estímulo. Os pós-keynesianos argumentam, assim como Keynes (1936) e Minsky (1986), que a poupança *ex-ante* não seria condição prévia para investimento. Destarte, os bancos e as cooperativas de crédito têm capacidade de criação de “moeda bancária” que seria capaz de prover liquidez, gerando crescimento econômico.

Os pós-keynesianos, tendo como base a teoria da preferência pela liquidez (KEYNES, 1988), consideram as instituições financeiras não apenas intermediárias passivas de recursos, mas propulsoras na economia com a disponibilização do crédito, visando expectativas de aumento da lucratividade futura. Dessa forma, compreende-se a existência de um *trade-off* no setor financeiro entre rentabilidade e liquidez, em que, uma vez havendo expectativas positivas quanto à maximização dos seus lucros haveria, por consequência, preferência pela rentabilidade. Caso contrário, haveria preferência pela liquidez.

A oferta de crédito das instituições financeiras é influenciada tanto pela preferência pela liquidez quanto pelo nível do desenvolvimento bancário (CAVALCANTE, 2007, p. 92). Quando estamos em um ambiente de maior incerteza e menor dinamismo econômico, a instituição financeira pode não promover novas rodadas de financiamento, ocasionando, portanto, o racionamento de crédito, provocando uma ruptura do *finance*. Como consequência dessa preferência pela liquidez maior em regiões menos desenvolvidas, tais instituições localizadas nestas áreas perdem mais reservas do que as que estão localizadas nas áreas mais dinâmicas. Dessa forma, há um nível inferior de empréstimos a uma taxa de juros mais elevada, inibindo o investimento em capital fixo e tornando a economia menos dinâmica, reforçando, assim, o ciclo de maior preferência pela liquidez e baixo crescimento.

Se o *finance* não fosse rompido o crédito disponibilizado seria usado para estimular a produção de bens de investimento, gerando renda, posteriormente, pelo multiplicador keynesiano. A parte dessa renda que não fosse usada para consumo retornaria para o sistema financeiro como poupança, a qual serviria para transformar dívidas de curto prazo dos investidores como o sistema financeiro em passivos de longo prazo. Justamente esse processo corresponde ao *funding*, o qual é responsável por tornar o crédito de curto prazo em uma relação de longo prazo ao emitir ações e títulos.

Em contrapartida à argumentação proposta por Keynes e pelos pós-keynesianos, a linha de pensamento novo-keynesiana traz a questão da assimetria das informações, ocasionando um processo de racionamento de crédito. Os autores Stiglitz e Weiss (1981) pontuam que os bancos analisam a taxa de juros e os riscos existentes nas operações que, em cenário de informações incompletas sobre questões necessárias para liberalização do crédito, as instituições financeiras não conseguiriam obter uma avaliação ideal sobre os riscos, gerando, portanto, o racionamento do crédito. O ponto de convergência sobre os instrumentais abordados seria em função das irregularidades do mercado e da não-neutralidade da moeda.

Os pós-keynesianos demonstram a alocação de ativos, maximizando a função preferência pela liquidez em relação ao retorno, como uma contra-argumentação da rigidez dos preços da teoria novo-keynesiana.

Nessa perspectiva desenvolvimentista, o cooperativismo de crédito pode ser usado como mecanismo de apoio, retendo a poupança local e promovendo a disponibilização de recursos a custos relativamente baixos em negócios com maior identificação do seu local de abrangência. A necessidade de compreender o mecanismo de influência das cooperativas em uma economia é de suma importância para a sociedade, visto que com base em dados do BACEN (2020) e a quantidade de agências vem crescendo constantemente, bem como o

número de pessoas e empresas que buscam as cooperativas como alternativa de crédito. Dessa forma, a realização desse estudo no Brasil contribuiria para o entendimento de como as ações do cooperativismo influenciam as variáveis reais sob um aspecto macroeconômico. Nesta perspectiva, esse artigo tem como objetivo identificar a existência de uma relação de causalidade positiva entre o desempenho do cooperativismo de crédito e o crescimento econômico brasileiro, considerando a influência das cooperativas de crédito no crescimento econômico.

Na presente pesquisa, é feita uma caracterização do cooperativismo de crédito a fim de apresentar suas particularidades quanto às suas funções econômica e social, bem como o seu papel no sistema financeiro nacional, com base na abordagem teórica do pensamento pós-keynesiano sobre a oferta de crédito, relacionando-a com o pensamento schumpeteriano em relação ao crédito com caráter disruptivo de mercado, ou seja, dado o seu caráter inovador que rompe com os modelos já estabelecidos, importante na diluição dos custos de longo termo, além de trazer similaridades e distinções com outras vertentes do pensamento econômico.

Este artigo está dividido em 5 seções, além desta introdução. Na seção 2 há uma apresentação da fundamentação teórica do trabalho com base no pensamento Keynesiano, com destaque para a relação entre o crédito e o crescimento econômico; na seção 3 realiza-se uma explanação do cooperativismo de crédito no Brasil, com destaque para estudos sobre sua origem e evolução ao longo do tempo; na seção 4 há a mostra da metodologia empregada para avaliação da relação de causalidade entre o desempenho cooperativista de crédito no Brasil e o crescimento econômico agregado, a qual se faz com base no modelo econométrico de séries temporais; e, finalmente, na seção 5, são apresentadas as considerações finais do artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO DE PESQUISA: SISTEMA FINANCEIRO E COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O sistema financeiro é de grande relevância para o desempenho de atividades econômicas e vem sendo considerado em abordagens keynesianas que têm se destacado em demonstrar a sua importância de atividades da perspectiva do desenvolvimento regional macroeconômico. Nessa linha teórica esta seção tem como objetivo identificar as principais correntes de pensamento que tratam a relevância do sistema financeiro, com destaque para o instrumento cooperativista de crédito nesse processo.

2.1 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO EM PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O processo de construção do instrumental teórico e prático abordado é uma análise da perspectiva macroeconômica keynesiana e pós-keynesiana sobre o desenvolvimento econômico. Dessa forma, pode-se compreender como se dá tal desenvolvimento por meio de políticas públicas de estímulo à demanda efetiva. Essa análise, portanto, é essencial para entender como o estímulo ao crédito permite que haja avanços econômicos regionais.

O pensamento de Keynes (1988) foi base importante para a teoria pós-keynesiana, principalmente em relação à perspectiva de uma moeda endógena capaz de tornar mais favorável o processo de desenvolvimento econômico. Ademais, Keynes tratou sobre a preferência pela liquidez dos agentes, baseando-se na taxa de juros. Essa relação, portanto, permite compreender a existência do *trade off* entre rentabilidade e liquidez, tendo a preferência por estas, respectivamente, com expectativa de maximização dos lucros e sem a expectativa de maximização dos lucros. Dessa forma, no pensamento pós-keynesiano, as instituições financeiras possuem um papel imprescindível na disponibilização do crédito para gerar

estímulos à demanda agregada.

Conforme destacado por Resende (2007) o financiamento de curto prazo está fortemente relacionado ao que Keynes (1988) chamou de um “fundo rotativo”. O crédito associado ao *finance* encontra sua oferta nesse fundo. Ele é usado para causar estímulos na atividade das indústrias de bens de investimento, gerando, então, uma renda através do multiplicador keynesiano capaz de promover o crescimento do PIB e, com isso, corroborar com o desenvolvimento econômico.

Parte desta renda gerada pelo multiplicador retorna para o sistema financeiro em forma de poupança, no qual é usada para transformar a dívida de curto prazo dos investidores em passivo de longo prazo. O *funding*, então, trata desse processo de consolidar a dívida de curto prazo, isto é, transformá-la numa relação de longo prazo por meio da emissão de ações e de títulos (RESENDE, 2007).

Desse ponto de vista macroeconômico, o *funding* tem um o papel de atenuar os efeitos da fragilidade financeira que é inerente a uma economia em crescimento, devido ao aumento do grau de endividamento dos recentes investidores (MINSKY, 1986).

2.2 CONTRAPOSIÇÃO TEÓRICA SOBRE O PAPEL DO CRÉDITO: PÓS-KEYNESIANISMO VERSUS NOVO-KEYNESIANISMO

O papel do crédito é tido como fundamental para o estímulo da demanda efetiva, mas, em um cenário de incerteza, à luz do pensamento pós-keynesiano, há a contrapartida do pensamento novo-keynesiano, que discorre sobre a discriminação e o racionamento do crédito. Essa problemática abordada acerca do pensamento novo-keynesiano tem como causa a questão da assimetria informacional, estabelecendo a argumentação fundamentada na microeconomia sobre a firma bancária.

As convergências entre os pensamentos novo e pós keynesianos estão na questão do importante papel do sistema bancário na criação ou destruição do crédito. Ainda que conceitos sejam distintos entre os pensamentos, na prática o resultado é semelhante e pode ser complementado quando se pensa na firma bancária. Além disso, a questão informacional é de suma importância em ambas as perspectivas, ainda que apontem dois argumentos distintos, um relacionado à incerteza e o outro ao risco.

O presente artigo discorre sobre o pensamento pós-keynesiano como base na argumentação sobre a oferta de crédito. Destarte, compreende-se, no decorrer do artigo, que a moeda é considerada endógena, sendo os bancos e cooperativas de grande importância na oferta de crédito, dependente da taxa de juros a qual é determinada pela autoridade monetária.

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE COOPERATIVISMO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS NA PERSPECTIVA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

De acordo com o estudo de Torres, Vieira & Cruz (2015), o PIB pode representar o nível de atividade da economia, e assume uma relação positiva com o volume de crédito das instituições financeiras, sendo esperado que quanto maior o volume das transações das cooperativas, maior será o PIB. Dada esta correlação positiva, o cooperativismo pode apresentar a mesma relação para as variáveis relacionadas ao nível de emprego visto que Ladeia (2019) afirma em seu estudo que cada ponto percentual do PIB corresponde a uma parcela de empregados no Brasil.

Segundo o estudo feito por Oreiro *et al.* (2006), nota-se que a determinação do *spread* bancário pode ser explicada pela volatilidade da taxa de juros, pelo nível de preços da economia e por outras variáveis macroeconômicas. Utilizando um modelo vetorial autorregressivo (VAR)

de séries temporais para calcular seus estimadores, os autores constataram e previram que o *spread* bancário afeta positivamente as operações das instituições financeiras.

Com a linha de pensamento semelhante, Aronovich (1994) verificou, por meio de uma regressão por mínimos quadrados, os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o *spread* para a economia brasileira entre os anos de 1986 a 1992. Os resultados encontrados apontam para o fato de que a inflação tende a ampliar a diferença entre as taxas de juros de empréstimo e de captação, ou seja, o *spread*.

Portanto, mesclando com o estudo de Marcon (2011), em que foi verificado o impacto das cooperativas no mercado de crédito nacional, podemos testar a hipótese de que o *spread*, a taxa de juros e a inflação possuem efeitos, mesmo que indiretos, sobre o nível de atividade econômica.

A partir dos estudos, baseados na identificação dos aspectos macroeconômicos e sua relação de causalidade com o desempenho cooperativista de crédito, torna-se relevante observar o desempenho das cooperativas de crédito no Brasil, o que se fará na seção três em sequência.

3 O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO

De acordo com Oliveira (1979), o cooperativismo surgiu por meio da crise social gerada pelo sistema capitalista, visto que a base das ideias cooperativistas se relaciona com uma corrente liberal.

Entretanto, a evolução do cooperativismo se deu com a Revolução Industrial, pois as pequenas manufaturas perderam seu espaço para as grandes indústrias que produziam em larga escala e com um custo relativamente menor fazendo com que elas detivessem uma enorme vantagem competitiva em relação aos artesãos. Assim, Oliveira (1979) ressalta que, diante desse momento histórico, as cooperativas representavam uma alternativa para que grupos de pequenos produtores pudessem unir forças para competir com as grandes concorrentes.

Conforme informações disponibilizadas no Portal do Cooperativismo Financeiro, existem sete linhas que orientam o cooperativismo e levam os seus valores à prática: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade. As cooperativas de crédito apresentam diferenciais quanto à constituição, que pode ser classificada como dimensão e objetivos.

Adentrando na bibliografia econômica, observa-se a importância do crédito para o desenvolvimento econômico, sendo assunto debatido na academia há um extenso período de tempo visto os trabalhos de Schumpeter (1982) e de Keynes (1936).

As similaridades entre o pensamento schumpeteriano e o pensamento pós-keynesiano estão em relação à importância do crédito no processo de desenvolvimento econômico. Schumpeter (1982) evidencia três fatores para o desenvolvimento econômico: a inovação tecnológica na alteração do *status quo* da economia do empreendedor e, por fim, a importância do acesso ao crédito. Dessa forma, conclui-se com o pensamento da destruição criativa como processo de rompimento com heurísticas e paradigmas passados para a construção de novos. Ademais, acredita-se na importância da instituição financeira para modificar variáveis reais na economia.

O pressuposto da existência de um sistema bancário minimamente desenvolvido pode levar a acumulação de capital a um nível superior àquele que seria possível pela simples acumulação de poupanças, o que proporciona a dinamização das atividades econômicas no setor real tanto no curto quanto no longo prazo (STUDART, 1993).

Chaves (2011) afirma que no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, constata-se um

movimento expansionista do cooperativismo de crédito a partir da década de 1990. Esse segmento de linhas de crédito vem se mostrando um importante elemento no crescimento econômico de regiões com escassez de recursos, proporcionando inclusão financeira para parcela da população que detém menor poder aquisitivo, gerando emprego e renda, auxiliando na redução da pobreza e contribuindo para o aumento da eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

3.1 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

As cooperativas de crédito são instituições financeiras autorizadas que oferecem os mesmos tipos de produtos e serviços que um banco comercial. Ainda que possuam pontos em comum, bancos e cooperativas apresentam diferenças importantes. Uma delas é o controle societário. Ao mesmo tempo que os bancos são sociedades de capital, em que o voto é proporcional à participação societária, as cooperativas são sociedades de pessoas, nas quais cada cooperado tem direito a somente um voto nas assembleias, independentemente do valor de sua participação no capital social da cooperativa (BACEN, 2020).

Por serem sociedades civis de fins econômicos, mas não de fins lucrativos, as cooperativas apresentam particularidades quanto às suas funções econômica e social. Os lucros são reconhecidos como “sobras” e estas acabam voltando de forma direta ou indireta para quem gerou a receita, o associado. Da mesma forma, conseguindo atingir público não abrangido pelos bancos, as cooperativas podem tornar-se instrumentos para a redução das desigualdades sociais e de renda (LIMA, 2013).

Conforme dados observados no relatório do BACEN (2020), no que tange à organização em níveis, tem-se: 1. Cooperativas de crédito singulares; 2. Cooperativas centrais de crédito; e 3. Confederações de centrais, ou sistemas cooperativos de crédito. As cooperativas de crédito singulares são as que realizam as operações diretamente com os associados, pessoas físicas ou jurídicas, podendo se associar a cooperativas centrais de crédito. Estas, por sua vez, prestam diversos serviços às filiadas, tais como a aplicação centralizada de recursos relativos à captação, administração de recursos de terceiros e consultorias de caráter técnico. As cooperativas centrais de crédito podem ainda se associar a confederações centrais – os chamados sistemas cooperativos de crédito - ganhando maior economia de escala em suas atividades, principalmente no que se refere à contratação de estruturas únicas de serviços, como a prestação de serviços de tecnologia da informação.

Atualmente, o Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito (SNCC) é composto por 875 cooperativas singulares de crédito e 34 cooperativas centrais, quatro confederações de centrais e dois bancos múltiplos cooperativos – bancos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito, instituídos pela Resolução 2.788, de 30 de novembro de 2000. Das 875 cooperativas de crédito singulares, 213 são independentes, ou seja, não estão vinculadas a cooperativas centrais. Das 34 cooperativas centrais, cinco – Ailos, Cecoop, Credisis, Uniprime e Cecrers – não fazem parte de nenhuma das quatro confederações de centrais existentes – Sicredi, Sicoob, Unicred e Cresol. Ademais, existem quatro sistemas cooperativos com os três níveis de cooperativas – singulares, centrais e confederações – sendo que dois deles (Sicoob e Sicredi) possuem também um banco cooperativo (BACEN 2020).

Os Bancos Cooperativos podem ser comerciais ou múltiplos, constituídos obrigatoriamente, com carteira comercial, com, no mínimo, 51% das ações com direito a voto. Estes oferecem produtos e serviços financeiros às cooperativas, ampliando e criando possibilidades de negócios e gestão centralizada dos recursos financeiros do sistema (BACEN, 2020).

*Políticas do Sistema Financeiro Nacional:
uma Caracterização do Cooperativismo de Crédito no Brasil*

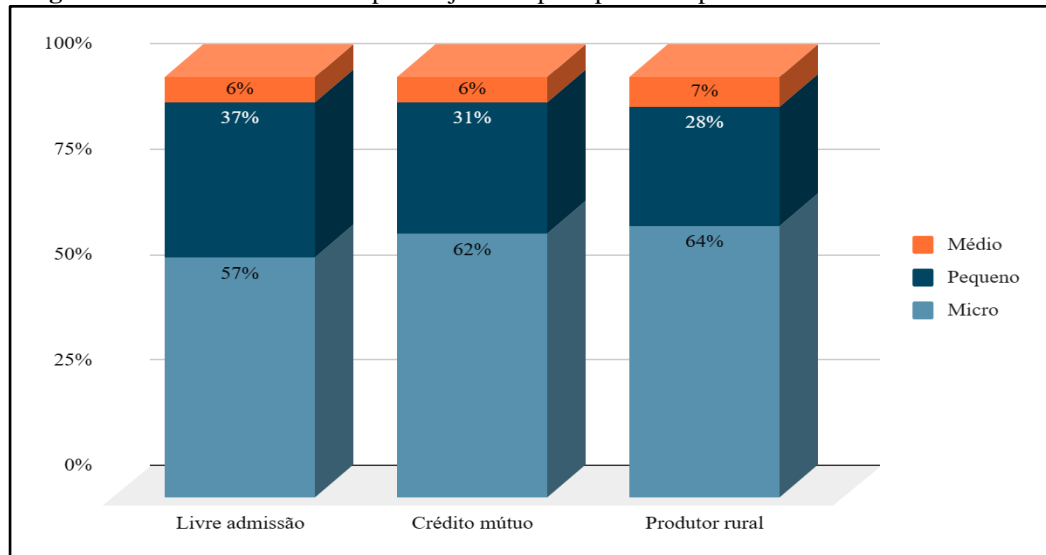
As cooperativas de crédito possuem 3 modelos de negócio quando se trata da admissão dos associados. O primeiro modelo é quando o foco da cooperativa é o crédito rural, em que pessoas físicas ou jurídicas desempenham funções: agrícolas, pecuárias ou extrativistas. Conforme informações disponibilizadas no Portal do Cooperativismo Financeiro (2020), a primeira cooperativa rural no Brasil foi a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, fundada em 1902. O segundo modelo é o de crédito mútuo, em que o foco da cooperativa está em grupos específicos de um mesmo ramo de negócios, sendo empresas públicas ou privadas, por exemplo, cooperativas que oferecem serviços financeiros aos trabalhadores ligados à área da saúde. O terceiro modelo é o de livre admissão, em que pessoas físicas ou jurídicas, independente da atividade econômica, podem ser associados à cooperativa.

Conforme dados disponibilizados pelo BACEN em 2019, o Ativo Total Ajustado (ATA) do SNCC, composto pelas cooperativas singulares, cooperativas centrais, confederações e bancos cooperativos, cresceu 16,2%. Quando se considera o período entre 2015 e 2019, o aumento acumulado foi de 123,7%. O ATA dos conglomerados bancários, por sua vez, cresceu 7% em 2019 e 29,3% entre 2015 e 2019. Como resultado, a participação das cooperativas no total do ATA do SFN passou de 1,9% em 2014 para 3,3% em 2019. Portanto, há uma expansão significativa desses segmentos no último quinquênio.

No que tange ao perfil dos associados, na carteira de pessoa jurídica (PJ) predominam as empresas de porte micro ou pequeno – que somam entre 93% e 94% dos associados PJ em todos os *clusters*, como pode ser observado na Figura 1.

Destaca-se que, entre as cooperativas de crédito rural, 64% do atendimento são às microempresas, o que reforça a percepção de que essas cooperativas têm como foco o microempreendedor rural. (BACEN 2020).

Figura 1 - Porte dos associados pessoa jurídica por tipo de cooperativa



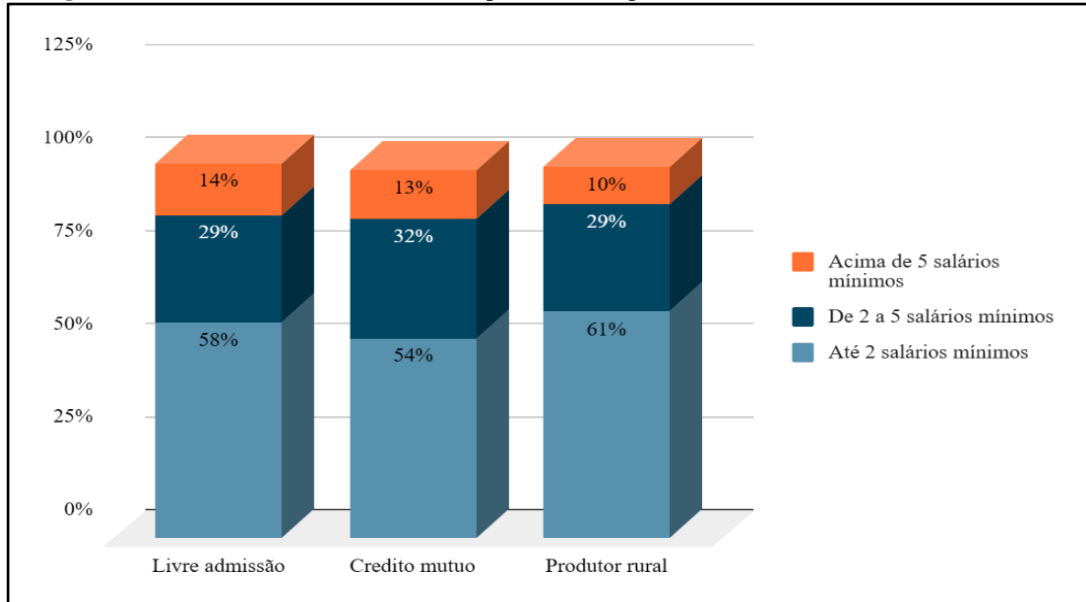
Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo BACEN (2020).

Já no que se refere às pessoas físicas cooperadas, é possível observar na Figura 2 que as cooperativas de livre admissão são as que têm maior alcance com o público de menor renda, tendo 58% dos associados com renda declarada de até dois salários mínimos. Esse valor cai para 54% entre os filiados às cooperativas de crédito mútuo – uma redução esperada, uma vez que grande parte dessas cooperativas atendem exclusivamente empregados de empresas de grande porte. Nas cooperativas de crédito rural, a participação dos cooperados com renda até dois salários mínimos é de 61%.

É importante notar que esse número considera como renda o faturamento bruto do

produtor rural, ou seja, antes de descontar os custos de produção (compra de insumos, transporte, armazenagem, funcionários, assistência técnica, seguros, entre outros). Isso contribui para que o número apresentado seja mais baixo do que o efetivo (BACEN, 2020).

Figura 2 - Faixa de renda dos associados pessoa física por faixa de salário



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo BACEN (2020).

Meinen e Port (2014) mencionam que o cooperativismo financeiro “gera um ciclo virtuoso no mercado”, sendo este capaz de alocar os recursos financeiros captados por meio dos associados na mesma região de localização da cooperativa e, posteriormente, redistribuí-los, gerando renda e aumento no poder aquisitivo da população. Este comportamento é capaz de promover a geração de empregos e aumento da arrecadação de impostos, disponibilizando, assim, mais recursos para o poder público investir em infraestrutura e em outros projetos relacionados ao crescimento e desenvolvimento econômico e social, de modo a ampliar a capacidade produtiva e fomentar novas riquezas.

Apesar da fragilidade econômica vivenciada pelo Brasil no período atual, os sistemas de cooperativas de crédito apresentaram resultados positivos, promovendo investimentos importantes ao crescimento territorial, uma vez que estes são, de acordo com McKillop *et al.* (2020), menos sensíveis à volatilidade do mercado financeiro e dos ciclos econômicos e corroboram atenuando os efeitos contracionistas durante momentos de crise.

Considerando a evolução e relevância das cooperativas de crédito na perspectiva macroeconômica, a próxima seção deste artigo apresenta uma análise em que se destaca o crédito cooperativista do Brasil e sua relação com o crescimento econômico brasileiro.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA: ANÁLISES SOBRE O EFEITO DO COOPERATIVISMO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

A presente seção tem como objetivo caracterizar fatores que afetam o processo de desenvolvimento econômico brasileiro com foco no cooperativismo de crédito. Para isso, utilizou-se a pesquisa descritiva, a qual expõe as características de determinada população ou de determinado fenômeno, estabelecendo relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado (CERVO & BERVIAN, 2007).

De maneira mais precisa, esta seção metodológica objetiva analisar a capacidade das cooperativas de crédito no Brasil, em atender às demandas existentes, buscando indicar a relação de causa-efeito das operações de crédito cooperativo no crescimento do PIB.

Assim sendo, utilizou-se também do método conceitual-analítico, visto que há conceitos de outros autores que convergem com os propósitos de pesquisa, auxiliando na construção de uma análise científica sobre o objeto de estudo, e também o método econométrico com embasamento numérico e estatístico, a fim de se verificar a hipótese de causa e efeito sobre a relação que as cooperativas de crédito têm no crescimento econômico em âmbito nacional.

Para verificar a relação de causalidade entre o Cooperativismo de crédito no Brasil e o crescimento econômico, utilizou-se o método de análise quantitativa das séries temporais, com base nos dados disponibilizados pelo governo através de canais eletrônicos gerenciados pelo BACEN, como o IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

4.1 DEFINIÇÃO DO MÉTODO DAS SÉRIES TEMPORAIS

A utilização do método baseado na análise de séries temporais deve-se ao fato destas apresentarem tendência crescente, decrescente ou estacionária, e até tendências diferentes em trechos sequenciais, o que propicia ao pesquisador a previsão dos valores futuros da série. Entretanto, a incerteza sobre estimativas futuras e intercorrências inesperadas tornam-se mais ou menos frequentes nas tomadas de decisões dos agentes econômicos, implicando no risco adicional de erro não previsto.

Sendo assim, Antunes e Cardoso (2015) afirmam que isso possibilita: caracterizar a tendência; reconhecer sua variação sazonal e cíclica; dimensionar sua variação aleatória; e identificar fatores associados responsáveis pelo impacto significativo ao longo do tempo.

De acordo com Giacomel (2016), uma série temporal financeira é aquela que modela os valores de determinado indicador econômico – por exemplo, o valor do dólar, do rendimento da poupança de determinada ação ou do crescimento do PIB de um país ao longo do tempo.

Este tipo de série apresenta algumas características especiais, também comuns a outros tipos de séries temporais como: i) presença de tendências – enquanto que as séries temporais mais simples são estacionárias, ou seja, variam em torno de um valor médio constante; ii) sazonalidade – os valores alcançados por uma série temporal financeira podem variar de acordo com a época do ano e repetir o padrão de variação nos anos seguintes; iii) pontos influentes – são valores incomuns, que fogem do padrão do restante da série temporal (em séries financeiras, podem ser considerados pontos influentes momentos de alta volatilidade no mercado, gerando grandes altas ou quedas nos preços, que logo depois voltam ao seu patamar normal); iv) heteroscedasticidade condicional – a variância para os valores de entrada e saída da série temporal não é constante com o passar do tempo, tornando o comportamento da série temporal mais aleatório; v) não-linearidade – devido à sua complexidade e ao seu comportamento estocástico, não é possível modelar este tipo de série temporal com uma função linear (GIACOMEL, 2016).

4.2 BASE DE DADOS PARA ANÁLISE EMPÍRICA

A base de dados utilizada possui 104 dados numéricos mensais do período de janeiro de 2012 a agosto de 2020, com as variáveis descritas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Variáveis de Correlação com o Cooperativismo de Crédito

Variável	Descrição
Saldo das Operações do Cooperativismo (R\$ milhões)	Volume total dos créditos das cooperativas para clientes PJ até o último dia do mês de competência, em milhões de reais. Fonte: BACEN (2020)
Inadimplência (%)	Taxa média de inadimplência da PJ. O cálculo da inadimplência considera o somatório das operações com parcelas vencidas acima de 90 dias sobre o somatório de todas as operações de crédito. Fonte: BACEN (2020)
<i>Spread</i> cooperativismo (p-percent)	Diferença entre taxa média de juros das novas operações de crédito livre contratadas no período de referência e o custo de captação referencial médio. Fonte: BACEN (2020)
PIB (R\$ milhões)	PIB acumulado dos últimos 12 meses – valores correntes. Estimativa do Banco Central. Fonte: IPEADATA - BACEN (2020)
Saldo de Empregados (unidade de pessoas)	O saldo refere-se à diferença entre o total de admissões e dispensa de empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), trabalhadores temporários, trabalhadores avulsos, agentes públicos, trabalhadores cedidos e dirigentes sindicais. Fonte: IPEADATA (2020); Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (2020)
Taxa de Juros	Média das taxas de juros das concessões, ponderada pelos respectivos valores desembolsados. As taxas médias dos segmentos agregados (total, pessoa jurídica e pessoas física, livre e mútuo) são apuradas pelas taxas médias das modalidades, ponderadas pelos saldos médios das respectivas modalidades. Fonte: BACEN (2020)
Índice de Liquidez das Cooperativas	Razão entre as concessões de crédito sobre os depósitos a vista por média das modalidades nas cooperativas de crédito. Fonte: BACEN (2020)
Índice de Liquidez dos Bancos	Razão entre as concessões de crédito sobre os depósitos à vista recebidos pelos bancos comerciais, ou seja, a capacidade do banco de realizar operações de crédito com segurança. Fonte: BACEN (2020)

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

4.3 MODELAGEM ECONOMETRICA

Para testar a relação de causalidade entre o crédito cooperativista e o crescimento econômico, conforme proposto nos objetivos desse estudo, utilizou-se da metodologia econométrica básica. De acordo com Gujarati e Porter (2011), a construção de um modelo econométrico envolve várias etapas sequenciais. Inicialmente, é necessário formular a teoria subjacente ao modelo. Em seguida, procede-se à criação de um modelo matemático correspondente. Posteriormente, é essencial definir o modelo econométrico apropriado e, paralelamente, coletar os dados relevantes. Após a aquisição dos dados, a estimativa dos parâmetros do modelo econométrico é realizada. Além disso, o processo inclui a execução de testes de hipóteses. A etapa seguinte envolve a previsão ou predição com base no modelo desenvolvido. Por fim, o modelo é utilizado para fins de controle ou formulação de políticas

econômicas (p. 27).

Portanto, com o intuito de seguir essa metodologia, foram formulados alguns modelos econométricos juntamente das variáveis PIB e Emprego como variáveis dependentes (Y), e as demais como variáveis explicativas. Sendo assim, destacou-se a seguinte função: $Y = \beta_1 + \beta_2 X_i + \beta_3 X_{ii} + \dots + \mu_i$

Estimou-se o modelo econométrico com base no método de mínimos quadrados ordinários, assim estimou-se as variáveis explicativas para melhor compreensão da variável explicada (Y).

4.3.1 Relação de Causalidade entre o Cooperativismo de Crédito e o Crescimento Econômico

Com o objetivo de verificar a probabilidade dos valores estimados dos parâmetros β_n representarem o valor verdadeiro do β_n , foram realizados testes de inferência estatística que informam se tais parâmetros possuem significância estatística e se seus valores são estatisticamente confiáveis e condizentes com a realidade.

Ao propósito de trazer mais confiabilidade do modelo, também se realizou testes complementares, mas de extrema importância, para investigar as hipóteses de: multicolinearidade entre as variáveis; homocedasticidade dos erros; e autocorrelação entre os termos de erro, os testes considerados têm um nível de 5% de significância como medida estatística confiável. Todas as hipóteses testadas, que tinham como consequência alguma inconsistência no modelo, foram refutadas.

Para fundamentar ainda mais as variáveis analisadas, segue o Quadro 02, em que se apresenta sinteticamente os principais estudos que abordam modelos empíricos similares a este estudo.

Quadro 2 – Pesquisas Empíricas

Autores	Objetivos	Métodos utilizados	Variáveis	Conclusões
Aronovich (1994)	Comprovar o impacto que a inflação obtém no campo real e financeiro da economia.	Regressão por Séries Temporais	Inflação; choques econômicos; níveis de atividade	Inflação seria um efeito negativo sobre o nível de atividade, mas positivo sobre o <i>spread</i> .
Ladeira (2019)	Buscar compreender a extensão do desempregado com dados sobre o PIB.	Revisão bibliográfica	Capita; emprego; crescimento do PIB (%)	Cada ponto percentual do PIB corresponde a uma certa taxa de empregados.
Marcon (2011)	Analisar especialmente as cooperativas e seus efeitos para a economia.	Revisão bibliográfica	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); inadimplência; <i>spread</i> ; nível de risco	Cooperativas promovem crescimento econômico.

Oreiro <i>et al.</i> (2006)	Mensurar o retorno financeiro em decomposição de um retorno produtivo.	Modelo VAR; decomposição de variância	Produto Industrial SELIC (Sistema de Liquidação e de Custódia); volatilidade SELIC; inflação	Elevada volatilidade da taxa de juros reflete em maiores graus de aversão ao risco, e maior demanda por crédito implica em maiores taxas de empréstimos.
Torres, Viera e Cruz (2015)	Testar as hipóteses keynesianas sobre a preferência pela liquidez e o nível de atividade.	Regressão por dados em painel	Volume de crédito e preferência pela liquidez dos bancos; PIB estadual (PIB); depósitos totais (DEP)	Preferência pela liquidez tem relação inversamente proporcional com o crédito. PIB apresenta relação positiva com o volume de crédito.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

4.4 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

Inicialmente foi estimada a seguinte equação, com a variável PIB como variável dependente:

$$\ln\text{pib} = \beta_1 + \beta_2\text{Insaldo} + \beta_3\text{inad} + \beta_4\text{juros} + \beta_5\text{spread} + \mu_i$$

A variável em foco é **Insaldo**, da qual foi esperada que apresentasse sinal positivo, visto que a hipótese inicial é que o volume das operações de crédito das cooperativas tem efeito positivo sobre o PIB. Como resultado foram obtidos os seguintes valores:

Tabela 1 – Saída de Regressão da Equação Econométrica com PIB como Variável Dependente

Inpib	Coefficiente	Erro padrão	Estat. T	p-valor
Insaldo	0,2871594	0,0986537	2,91	0,005
inad	-0,3105053	0,041143	-7,55	0,000
juros	-0,0857824	0,006749	-12,71	0,000
spread	0,0868772	0,004388	19,8	0,000
Constante	12,44993	1,333612	9,34	0,000

R quadrado=0,8983

F (4, 79)=174,53.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A partir dos resultados da Tabela 1, tem-se que, *ceteris paribus*, a cada aumento de

*Políticas do Sistema Financeiro Nacional:
uma Caracterização do Cooperativismo de Crédito no Brasil*

1% no saldo das operações de cooperativismo o PIB tenderá a aumentar em aproximadamente 0,29%. Com o aumento de uma unidade na inadimplência, o PIB tende a diminuir em cerca de 0,31%. A variável juros apresentou sinal negativo – o que foi coerente para esta análise – assim, com o aumento de uma unidade na taxa de juros o PIB tenderá a se reduzir em cerca de 0,086%. O aumento de uma unidade no *spread* bancário corrobora com a elevação de cerca de 0,087% do PIB.

A maioria dos resultados desta tabela foram estatisticamente significativos, pois pela regra de bolso (GUJARATI, 2005), se o valor da estatística t for maior que 2 os coeficientes são significativos. É possível comprovar o valor do teste t pela razão coeficiente sobre erro-padrão. Neste modelo a maioria dos resultados obtidos pela por essa razão, foram superiores a 2. Somente a variável ILB não foi estatisticamente significativa.

Por fim, foi estimada a seguinte regressão para Saldo das cooperativas:

$$\text{Insaldo} = \beta_1 + \beta_2\text{ILC} + \beta_3\text{ILB} + \beta_4\text{juros} + \beta_5\text{lnpib} + \mu_i.$$

Tabela 2 – Saída de Regressão da Equação Econométrica com Saldo das Cooperativas como Variável Dependente

Insaldo	Coeficiente	Erro padrão	Estat. T	p-valor
ILC	-0,1489556	0,0513098	-2,9	0,005
ILB	0,1310409	0,0977746	1,34	0,184
juros	-0,0234058	0,0029004	-8,07	0,000
lnpib	0,4239704	0,097344	4,36	0,000
Constante	6,650905	1,359177	4,89	0,000

R quadrado=0,5072

F (4, 79)=20,32.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A partir dos resultados da Tabela 2 tem-se que, *ceteris paribus*, um aumento de uma unidade do índice de liquidez das cooperativas, o saldo das cooperativas tende a reduzir em cerca de 0,15%. Por outro lado, caso ocorra um aumento de uma unidade do índice de liquidez dos bancos, o saldo das cooperativas aumenta em aproximadamente 0,13%. Contudo esse resultado não foi significativo. Para esse resultado, deve-se considerar que os bancos não têm uma relação direta com o volume de crédito destinado às cooperativas, para investimento local. O que de certa forma é esperado, tendo em vista que o sistema financeiro de crédito brasileiro concentra a maior parte das atividades em grandes instituições bancárias, as quais não necessariamente retornam seus lucros em créditos visando o desenvolvimento regional, dada a perspectiva de portfólios financeiros mais lucrativos à disposição dos mesmos. Logo, a visão de investimento regional estaria restrita ao setor cooperativista, dada sua missão regional. Quanto à variável taxa de juros, tem-se que seu aumento em uma unidade reduz o saldo cooperativista destinado às regiões em cerca de 0,02%. Por fim, se o PIB aumentar em 1% o saldo das cooperativas aumenta em aproximadamente 0,42%. Os resultados da Tabela 1 demonstraram a capacidade das cooperativas brasileiras em aumentar o nível de produto da economia nacional (PIB).

Destaca-se a possível existência de distorções ao operar o logaritmo em relação às variáveis que naturalmente estão em unidades monetárias.

Os resultados da função de Desocupação, não significativos no modelo econométrico, mostram que, embora o saldo das cooperativas reduza a desocupação, o índice de liquidez das cooperativas gera um expressivo aumento desse indicador no Brasil. Todavia, a preferência pela liquidez das cooperativas afeta menos o indicador de desocupação do que o comportamento do índice de liquidez dos bancos.

A partir dos resultados da equação com Saldo das cooperativas, é possível observar que a preferência pela liquidez dos agentes econômicos, isto é, a incerteza dos agentes para realizar investimentos de médio a longo prazo afeta mais o saldo das operações de crédito cooperativo do que a taxa de juros. Em outras palavras, a perspectiva de retorno do recurso na forma de crédito para reinvestimento na atividade produtiva da economia afeta mais o saldo das cooperativas do que a própria taxa de juros praticada pelo sistema financeiro.

Dessa forma, os resultados obtidos mostram que o índice de liquidez das cooperativas contribui com o crescimento do PIB, diferentemente do índice de liquidez dos bancos, que teve resultado sem significância estatística, o que certamente está relacionado ao seu baixo interesse em investimentos locais. Esses resultados, portanto, corroboram com a hipótese da importância do Cooperativismo de Crédito no processo de crescimento de uma economia, abrindo margem para estudos mais pontuais sobre a relevância regional dessas instituições no aspecto macroeconômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em questão traz uma relação entre o pensamento pós-keynesiano e a análise dos dados obtidos. A abordagem teórica em questão permite entender o cenário de incertezas do mercado brasileiro e a preferência dos agentes pela liquidez com a atual taxa de juros Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. As perspectivas pós-keynesianas, portanto, consideram as instituições financeiras, nesse caso, as cooperativas de crédito, como propulsoras na economia com a oferta de crédito, levando em consideração expectativas de lucratividade futura.

Neste contexto bibliográfico, os resultados obtidos permitiram a consolidação do objetivo de analisar o papel das cooperativas de crédito em sua relação de causalidade com o nível de produto no Brasil, para a qual evidencia-se uma evolução positiva. Ressalta-se que os resultados observados apontam para uma relação positiva entre as operações das cooperativas e o PIB.

Dentre as considerações da pesquisa evidencia-se que, apesar de proporcionarem o aumento do nível do produto brasileiro, não foi possível identificar o mesmo resultado ao se tratar do nível de empregos na economia, mostrando, então, que o efeito das cooperativas está associado possivelmente a um multiplicador financeiro, o qual intensifica a geração de um fluxo de capitais que são inseridos na economia brasileira. Por conseguinte, com base nos dados obtidos, percebe-se que o saldo das cooperativas vem aumentando ao longo do tempo, o que gera uma expectativa de continuidade nesse crescimento.

Destarte, constata-se que as limitações do estudo sobre a atuação das cooperativas em perspectiva macroeconômica, evidenciadas por essa pesquisa podem proporcionar um norteamento para estudos futuros, em que se possa realizar uma abordagem mais específica sobre as micro e pequenas empresas, visto que estas possuem maior participação no crédito ofertado por essas instituições financeiras. Dessa forma, será possível desenvolver em

abordagens futuras o tema em questão, trazendo diferentes perspectivas e compreendendo os efeitos macro e microeconômicos ocasionados pela oferta de crédito em diversos setores na economia.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Adriana Moreira. Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não-neutralidade da moeda. *In: Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 44-81, 2000.
- AMORIM, Ricardo. Assimetria de Informações e racionamento de crédito: novo-keynesianos *versus* pós-keynesianos. Recuperado de: <file:///C:/Users/adm/Downloads/Cr%C3%A9dito%20(novo%20keynesiano).pdf>. Acesso em 29 novembro de 2020.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; CARDOSO, Maria Regina Alves. Uso da análise de séries temporais em estudos epidemiológicos. **Epidemiol Serv Saúde**. Brasília, 2015.
- ARONOVICH, Selmo. Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o *spread* bancário. **Revista Brasileira de Economia**, v. 48, 1994.
- BACEN. Modelo De Negócios De Cooperativas De Crédito. Recuperado de: <https://www.bacen.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE083_Modelo_de_negocios_de_cooperativas_de_credito.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2020.
- _____. Relatório de Economia Bancária (2020). Recuperado de: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boxe_relatorio_de_economia_bancaria/boxe_6_crescimento_cooperativas.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2020.
- CAVALCANTE, A. T. M.; CROCCO, M; BRITO, M. L. A. Impactos macroeconômicos na variação regional da oferta de crédito. **Análise Econômica**. Porto Alegre, v. 25, n. 47, p. 85-120, 2007.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. São Paulo: **Atlas**, 2007.
- CHAIBI, Hasna; FTITI, Zied. Credit risk determinants: evidence from cross-country. *Research in international business and finance*, v. 33, p. 1-16, 2015.
- CHAVES, S. S. O cooperativismo de crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *In: Desafios do Sistema Financeiro Nacional: o que falta para colher os benefícios da estabilidade conquistada*. **Elsevier-Campus**. Rio de Janeiro, 2011.
- GALA, P. S. O. S.; MACIEL, V. F. O problema do racionamento de crédito: uma possível convergência das abordagens pós-keynesianas e novo-keynesianas. **Pesquisa & Debate**, v. 11, n. 1(17), 2000.
- GEDIEL, J.A. Os caminhos do cooperativismo. Curitiba: **Editora UFPR**, 2001.
- GIACOMEL, Felipe dos Anjos. Um Método Algorítmico para Operações na Bolsa de Valores Baseado em Ensembles de Redes Neurais para Modelar e Prever os Movimentos dos Mercados de Ações. **PPGC da UFRGS**. Porto Alegre, 2016.
- GUJARATI, Damodar N.; PORTER Dawn C. *Econometria Básica*. 5.ed. São Paulo: AMGH Editora Ltda., 2011.
- KEYNES, John Maynard. A treatise on money: the applied theory of money. **The Collected Writings of John Maynard Keynes, Royal Economic Society**. London, v. 6, 1971.

_____. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1936.

_____. Teorias Alternativas da taxa de Juros. Lit. Econ., 9(2): 147-158, 1987. In: **IPEA-INPES, Instituto de Planejamento Econômico e Social- Instituto de Pesquisas. Clássicos da Literatura Econômica.** Rio de Janeiro, p. 317-327, 1988b.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; JUDGE, George G. *Econometria*. 2.ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2003.

IPEA. Carta de Conjuntura. Recuperado de:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201208_cc_49_nota_27_evolucao_do_emprego.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2020.

IPEADATA. Ipea data macroeconômico. Recuperado de:

<<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

LADEIA, Renato. O PIB e a geração de empregos. Recuperado de:

<<https://administradores.com.br/artigos/o-pib-e-a-geracao-de-empregos>>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

LEMONS, B. P.; OREIRO, J. L. da C. Um modelo pós-keynesiano de crescimento e distribuição de renda aplicado à dinâmica das economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento. **Economia e Sociedade**. Campinas, SP, v. 15, n. 3, p. 475–514, 2016.

LIMA, Maria do Socorro Macedo Coelho et al. A Importância do cooperativismo de crédito no desenvolvimento regional. **Revista Opara**. Petrolina, v. 3, n. 1, 2013.

MARCON, Roni. O impacto no mercado de crédito nacional causado pelo cooperativismo no século XXI. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2011.

MCKILLOP, D.; FRENCH, D.; QUINN, B.; SOBIECH, A. L.; WILSON, J. O. S. Cooperative financial institutions: a review of the literature. **International Review of Financial Analysis**, n. 71, 2020.

MEINEN, Ênio; PORT, Marcelo. Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confabras, 2014.

MINSKY, Hyman P. *Stabilizing an Unstable Economy*. **McGraw-Hill**. New York, v. 1, 1986.

OCB, Sistema. Números do Cooperativismo. Recuperado de:

<https://www.ocb.org.br/numeros> >. Acesso em 12 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. Cooperativismo: guia prático. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.

OLIVEIRA, T. D. S., ANDRADE, M. A. D., & GONÇALVES, A. S. A Teoria do Tripé Schumpeteriano e o Papel do Microcrédito no Desenvolvimento Econômico: uma análise do CREDIAMIGO. Natal: UFRN, 2011.

OREIRO, José Luís da Costa, *et al.* Determinantes macroeconômicos do *spread* bancário no Brasil: teoria e evidência recente. **Revista de Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, 2006.

PORTAL, C.F. Portal do Cooperativismo Financeiro. 2020. Recuperado de:

<<https://www.cooperativismodecredito.coop.br/2020/07/modelo-de-negocios-de-cooperativas-de-credito-segundo-o-relatorio-de-economia-bancaria-do-bacen/>>. Acesso em

*Políticas do Sistema Financeiro Nacional:
uma Caracterização do Cooperativismo de Crédito no Brasil*

04 de outubro de 2020.

RESENDE, Marco Flávio da Cunha. O circuito finance-investimento-poupança-funding em economias abertas. **Revista de Economia Política**, v. 28. n. 1 (109), p.136-154, 2007.

ROYAL MÁQUINAS. Como funcionam as cooperativas para pequenos produtores. Recuperado de: <[https://www.royalmaquinas.com.br/blog/como-funcionam-as-cooperativas-para-os-pequenos agricultores/](https://www.royalmaquinas.com.br/blog/como-funcionam-as-cooperativas-para-os-pequenos-agricultores/)>. Acesso em 05 de outubro de 2020.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SICOOB CREDICITRUS. Entenda o que é livre admissão na cooperativa. Recuperado de: <<https://www.google.com/amp/s/credicitrus.blog/o-que-e-livre-admissao/amp/>>. Acesso em 05 de outubro de 2020.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Credit ration in market with imperfect information. **The American Economic Review**, v.71, n.3, p.393-410, 1981.

STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-Keynesiana à visão convencional. **Brazilian Journal of Political Economy**, n. 13, p. 110-129, 2023.

TORRES, Daniela Almeida Raposo; VIEIRA, Filipe Carvalho; CRUZ, Aline Cristina. Sistema financeiro, sistema de inovação e desenvolvimento regional: um estudo sobre a relação entre crédito e inovação para os estados da região sudeste brasileira. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 41, n. 1, 2015.